

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa;
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB);
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni;
2.º SECRETÁRIO — Quêlse Crisóstomo;
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB);
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho;
2.º Vice-Presidente — Nelson Buiara (MDB);
1.º Secretário — Ivo Tomazoni;
2.º Secretário — Quêlse Crisóstomo da Silva;
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB);
4.º Secretário — Rosário Pitelli.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz;
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB);
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli;
Vice-Presidente — Antonio Belinatti;
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato;
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB).

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB).

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias

SUPLENTE

(MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB).

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Ma or.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 161.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 24 de Outubro de 1972 - (3ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Bufarra, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Igo Losso, Leopoldo Jacomet, Muggiati Filho, Paulo Poli e Wilson Brandão. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 73-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 106-70, de autoria do Sr. Deputado Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio, através do D.A.E.E., com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao Distrito de Irapuã, no referido Município. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 25, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 74-72.
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 162.ª Sessão Ordinária
Realizada em 24 de Outubro de 1972 - (3ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Arizone Araújo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Igo Losso, Leopoldo Jacomet, Muggiati Filho, Paulo Poli e Wilson Brandão. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

— Sob o n.º 231-72, do Senhor Dyonisio Lopes, Vice-Prefeito do Município de Capitão Leonidas Marques, comunicando haver assumido a Chefia daquela Prefeitura, em virtude do afastamento por motivo de saúde, do titular daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Diretor da Associação dos Municípios do Paraná, enviando a esta Casa, teor do telegrama expedido pelo Senhor Ministro José Costa Cavalcanti, nos seguintes termos: Fazendo referência seu expediente dirigido ao Senhor Presidente República, Nr 52033-73, e distribuído esta Secretaria Estado v.g. a inclusão Municípios Noroeste Paraná área atendida prodoeste v.g. informo Vossoria assunto encaminhado Secretaria Geral este Ministério v.g. para exame e pronunciamento pt ods. Joseh Costa Cavalcanti — Ministro Interior. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscorre, no uso de suas atribuições regimentais, requer, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do funcionário deste Poder, Clodoveu de Paula, ocorrido em 23 de outubro de 1972.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1972.

(a) Borsari Neto

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscorre, no uso das suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o plenário, Requer a inserção em ATA de um voto de regozijo pela vinda, em data de amanhã, ao Estado do Paraná, do Excelentíssimo Senhor Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Requer, outrossim, que, do presente voto, seja dada ciência à S. Excia., por ofício desta Casa.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1972.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA: — Amanhã, estará, novamente, pisando o solo paranaense o Exmo. Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici. Milhares de paranaenses estão com os seus pensamentos voltados para essa visita que nos é tão cara. Uma visita, que sabemos, não é de rotina administrativa ou política, mas sim de prestígio ao governo e ao povo de um Estado que, em perfeita sintonia com a administração federal, procura com os meios ao seu alcance acompanhar o gigantesco salto que o Brasil está dando em seu futuro. Um dos mais novos Estados da União, o Paraná, com o trabalho e a união do seu povo tem acompanhado sem temores e com confiança, as diretrizes traçadas pela revolução de 1964, e, a prova disso é a ordem que aqui reina e o que aqui está sendo construído. São milhares de brasileiros do Paraná que estão erguendo barragens como as de Salto Osório e do Chopim, rasgando estradas em todas as direções; erguendo torres de alta tensão e micro-ondas, mas, acima de tudo, plantando com o seu suor e o café, que nos dá divisas, o milho, o soja e o trigo. Mesmo com geadas, enchentes e inundações, com sofrimento, o povo paranaense, sempre voltado para o futuro de sua pátria, mantém o seu espírito coerente com os nobres ideais que motivaram a revolução de Castelo Branco, Costa e Silva e do seu conselheiro Emílio Médici. Ao chegar a este pedaço de Brasil, Brasil das Cataratas do Iguaçu, das Sete Quedas, dos cafeais, dos campos de Palmas, da terra róxica do norte, dos pinheirais; deste pedaço de Brasil que tem a Serra do Mar, o Porto de Paranaguá e mais que tudo, tem um povo que trabalha e muito espera e confia no futuro. Senhor PRESIDENTE EMÍLIO MÉDICI, seja V. Exa. bem vindo ao Paraná. Sua visita nos honra e é motivo de alegria.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscorre, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Schulmann, Digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, no sentido de que determine estudos objetivando a implantação da pauta móvel para comercialização do suíno.

Este apelo tem sua razão de ser em virtude das injustiças ora cometidas contra os produtores de nosso Estado, que tendo uma pauta fixada em torno de Cr\$ 3,20, comercializam a Cr\$ 2,00 e a incidência fiscal é imposta sobre Cr\$ 3,20 o quilo.

O excesso verificado na referida incidência tributária constitui, como se observa, um quase esbulho fiscal, daí a razão do apelo para transformação desta comercialização na pauta móvel, acompanhando as oscilações do mercado e evitando-se, com isso clamorosas injustiças sociais e consequentes descapitalizações do nosso "Hinterland".

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1972.

(a) — Nivaldo Krüger

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscorre, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado às Centrais Elétricas de São Paulo — CESP. — ofício solicitando que sejam prontamente efetuadas as indenizações das propriedades, situadas às margens dos rios Tibagi e Paranapanema, que foram desapropriadas pela Empresa em consequência das obras que a mesma está realizando em Porecatu.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1972.

(a) — Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Com as obras que a CESP, realiza em Porecatu, várias propriedades localizadas às margens dos rios Tibagi e Paranapanema, estão sendo objeto de desapropriação.

Os recentes temporais assolaram essas propriedades prejudicando em grande parte ou destruindo totalmente as lavouras que vinham sendo cultivadas. O alto nível, atingido pelas águas dos rios Tibagi e Paranapanema, está impedindo que sejam realizadas novas plantações.

Entendemos assim oportuno o nosso requerimento, pois sendo prontamente indenizadas pela CESP., as áreas desapropriadas dar-se-á condições aos proprietários, que foram altamente prejudicados, de adquirir novas áreas de terras e de desenvolverem suas culturas.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscorre, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — que o Projeto de Lei n.º 158/72, atualmente na douta Comissão de Constituição e Justiça, seja encaminhado, antes de seu pronunciamento, ao Estado Maior do Exército — Inspeção Geral das Polícias Militares, para receber o parecer, por força de dispositivo constitucional atribuído àquele Órgão Militar.

2.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Cel. José Carlos de Avellar, DD. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, cientificando-o da decisão acima.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1972.

(a) — João Fadel

JUSTIFICATIVA:

O projeto de Lei n.º 158-72, de nossa autoria, refere-se a modificação do dispositivo da Lei de Promoções dos Oficiais da Polícia Militar do Estado, e é matéria de relevante interesse à oficialidade daquela Corporação.

Há dias, entretanto, fomos alertados através de ofício do Exmo. Sr. Cel. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado que, devido à vinculação das polícias militares do Exército Nacional, através do Estado Maior do Exército, Inspeção Geral das Polícias Militares e que, por isso, o Projeto de Lei já referido deveria sofrer o exame e posterior parecer do Estado Maior do Exército, por força de disposição Constitucional e do Decreto Federal n.º 687-69.

Assim, o presente requerimento visa atender à ponderação do ilustre Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná a fim de evitar-se aprova-

ção do Projeto de Lei em referência sem pronunciamento daquele Superior Órgão Militar, o que, em última análise, poderia fazer com que resultasse inócua a proposição. Além do mais, fica ainda resguardado o espírito desta Assembléia Legislativa no que se refere à permanente disposição de diálogo com todos os setores do poder constituído no País, resultando em projeção elogiosa para o Poder Legislativo o buscar instrumentar-se adequadamente para decidir sobre matéria de relevância para os quadros de oficiais da Polícia Militar do Paraná.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 188/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nas diversas carreiras do Quadro de Pessoal do Estado, tantos cargos quantos sejam os contratados ora desempenhantes das funções inerentes a essas cargos no serviço público estadual.

§ Único — Para o provimento dos cargos aqui criados será aberto concurso público, de cuja regulamentação conste, como prova de maior valia e peso, o tempo de exercício das funções mediante contrato.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1.972

(a) — Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA: — Pretende o presente plano de lei ir ao encontro do manifestado objetivo do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, regularizando definitivamente a situação dos contratados a título precário, do serviço público estadual. É urgente amparar esse contingente, que soma mais de dez mil pessoas mal remuneradas e à margem de garantias legais e previdenciárias, ao qual se convencionou denominar de "recibados" do serviço público paranaense. Abertas as vagas ora propostas com a criação dos novos cargos, teriam eles acesso regular às carreiras cujas funções já desempenham, habilitando-se em concurso público no qual seriam privilegiados pela valia do exercício a título precário. Parece-nos esta a fórmula humana, porém legal, de apagar de vez a injusta situação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra para falar no Grande Expediente ao Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deslocamo-nos até a cidade de Guaraci, cidade que representamos nesta Casa, que foi assolada por terrível flagelo, qual seja ventos de velocidade incrível que arrasaram a cidade inclusive obrigando S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal, Marcelino Oliveira, a decretar "estado de calamidade pública".

Queremos louvar e agradecer em nome da cidade que representamos, as providências tomadas por esta Casa e mui especialmente pelo Sr. 2.º Secretário, Dr. Quielso Crisóstomo e dizer que as ambulâncias que ali chegaram, em número de duas, juntamente com o Dr. José Cardoso, médico desta Casa, que lá foi especialmente para atender aos feridos, que os medicamentos e outros cuidados repercutiram de uma maneira extraordinária dentro da cidade, como aliás não poderia deixar de ser.

Também S. Exa. o Sr. Secretário da Saúde providenciou recursos, atendimentos e esteve pessoalmente em Guaraci, visitou a cidade e viu a extensão do flagelo. Sua assistência e seus cuidados também tocaram de perto aquela população no momento de dor, no momento em que suas casas e muros haviam ruído. Os eucaliptos foram arrancados pela violência do tufão. Quem visitou as ruínas, quem viu os estragos que o furacão fez poderia acreditar que existiam mortos. Não houve porque Deus não quis. Basta dizer que uma casa de alvenaria que foi atingida pelo vento diretamente, ficou sem as paredes laterais. O vento fez com que os tijolos de uma parede batassem violentamente contra os da outra levando, em consequência, as duas paredes deixando a casa de pé como se fora uma garagem sem portas e sem fundos. O furacão passou por Guaraci às cinco horas da manhã e apesar dos moradores estarem dentro da casa, como se encontravam os das demais residências, não houve mortos. Os flagelados foram atendidos e foram abrigados na Casa Paroquial, em Guaraci, servida por Sua Reverendíssima o Pároco daquela cidade, e ali, damas da nossa sociedade numa demonstração de amor ao próximo e de desprendimento, deixaram o aconchego dos seus lares e foram, inclusive, trabalhar no fogão, fazendo, preparando a alimentação daquela gente.

A Comissão de Atendimento aos Flagelados foi igualmente incansável, e nós queremos destacar esse trabalho de D. Darcy Mello — Presidente dessa Comissão; Maria Eunice Ribas Boldnan; Alice Fujisawa; Irmã Teresinha; Helena Botassari; Marli de Guril Gomes; Alcides Bonora, Tesoureiro daquela Comissão; Bernardino Gonçalves, e Laércio Iguti.

Guaraci recebeu donativos do 30.º Batalhão de Infantaria Motorizado, sediada em Apucarana, cujo Comandante é o Cel. Barbosa, representados por 1.800 telhas.

Recebeu donativos da Prefeitura de Rolândia, Jaguapitã, Centenário do Sul e Arapongas.

O Canal 11, de Apucarana, fez uma campanha meritória, a cuja campanha a Comissão já externou os seus agradecimentos àquele Canal, campanha esta que teve os resultados mais positivos; a Prefeitura de Jandaia do Sul; uma campanha foi feita pelas Rádios de Maringá; o Posto de Saúde de Londrina auxiliou; também a povoação de Astorga fez campanha, e remeteu dinheiro e mercadorias; Rolândia, através do Lions Clube daquela cidade e também da Maçonaria prestou relevantes serviços aos flagelados; Lupionópolis é Nossa Senhora das Graças foram cidades que também atenderam os seus vizinhos, e bem assim Colorado e a Colônia Japonesa de Centenário também acorreram em auxílio àquela gente que, inclusive, recebeu a visita do Sr. Bispo de Apucarana, Dom Romeo Alberti; uma Comissão de jovens de Apucarana, a Caritas Diocesana de Apucarana, particulares de Guaraci e de muitos Municípios vizinhos foram também pródigos em atendimento, em oferendas, enfim, concorreram com tudo aquilo que estava ao seu alcance para minorar o sofrimento daquela população que sofria o abalo daquele flagelo.

Destacamos também a figura do Prefeito de Guaraci, Sr. Marcelino de Oliveira que, desde o momento em que a cidade era assolada, deixou a sua residência, de madrugada, juntamente com uma turma de abnegados voluntários e, debaixo da chuva terrível que caía — depois do vendaval abateu-se uma chuva de granizo, cujas pedras de gelo à hora do almoço não haviam ainda se dissolvido, e o café de Guaraci, na sua grande maioria ficou completamente destruído, como se alguém houvesse dado naquele café uma surra de chicote, que não houvesse deixado uma folha sequer nos pés de café, parecia café

que houvesse tomado geada e que, decorridos dois ou três meses estivesse sem vitalidade — saíram, atendendo quantos estivessem debaixo dos escombros, eis que as casas de menor resistência ruíram, caindo as paredes uma por cima das outras, e então aquelas turmas de socorro, num trabalho ingente, tiveram que levanta-las e tirar debaixo delas, crianças, homens, mulheres que estavam com braços quebrados ou pernas fraturadas, e estes homens foram levados para a Casa Paroquial e ali tratados pelos médicos que ali chegaram ou pelos que se arvoraram de enfermeiros naquela oportunidade, porque era preciso atender o próximo. E assim, Sr. Presidente, nós que visitamos a região, percorremos todos os lugares, todos os sítios que sofreram o abalo, hoje estamos externando desta Tribuna, a nossa gratidão, em nome da cidade de Guaraci, em nome daqueles que sofreram o impacto do vendaval e agradecendo tudo o que foi feito para minorar aquele sofrimento que não foi pequeno.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 307/70, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, no Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 307/70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação Educacional, na sede do Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 2.º — A Fundação submeterá ao Governador do Estado o regulamento dispondo sobre o patrimônio, a receita, a administração e os currículos dos respectivos cursos.

Parágrafo único — O Orçamento Geral do Estado consignará, anualmente, dotação destinada a integrar a receita da Fundação criada por esta lei.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação e funcionamento da Faculdade referida no artigo primeiro.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 15/71, transfere ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Porto Ubá, da estrada Jandaia do Sul a Ivaiporã, passando pelos Municípios que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 15/71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica transferido ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Porto Ubá, da estrada Jandaia do Sul e Ivaiporã, passando pelos Municípios de Marumbi, Kaloré, Borrazópolis e Jardim Alegre.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 20/71, cria uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 20/71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a Inspeção Regional de Ensino de São Pedro do Ivaí, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 130/71, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Município de Quitandinha, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 130/71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, no Município de Quitandinha, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente
Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 187/71, que autoriza o Poder Executivo, construir uma ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Muni-

cípios de Astorga, Munhoz de Melo e Santa Fé. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 187/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Melo e Santa Fé.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — **Cândido M. de Oliveira** — Presidente

Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 251/71, que autoriza o Poder Executivo construir através da S.V.O.P., um prédio para funcionamento do Ginásio de Adrianópolis e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 251/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir através da Secretaria de Obras Públicas, edifício para funcionamento do Ginásio de Adrianópolis, na sede do Município do mesmo nome.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — **Cândido M. de Oliveira** — Presidente

Antônio Maciel — Relator
Santos Lima

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/71, de autoria do Dep. Cândido Martins de Oliveira, dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação no Estado do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, cria um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, cidade de Rolândia, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 248-71, de autoria do Dep. Acyr José, autoriza o Poder Executivo denominar "Dom Manuel da Silveira D'Elboux" um estabelecimento de Ensino Primário desta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 282-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, autoriza o Poder Executivo denominar Acyr José, um dos Grupos Escolares desta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 34/72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa alienar imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes n.ºs. 21 e 22, da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 335, numa extensão de 40 quilômetros. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado**

PROJETO DE LEI N.º 72-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu que liga a BR-277, da altura do quilômetro 335, numa extensão de 40 quilômetros, até o rio Piquiri, divisa com o Município de Campina da Lagoa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de maio de 1970.

(a) Deputado Túlio Vargas

JUSTIFICATIVA:

A medida proposta se impõe, tendo em vista a importância econômica da referida rodovia para aquela região e, ainda, a inexistência de recursos financeiros daquela Municipalidade, para mantê-la em boas condições de tráfego, a fim de possibilitar o escoamento de sua produção agrícola.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 72-70

AUTOR: — Deputado Túlio Vargas

SÚMULA: — "Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu, na forma que especifica".

PARECER

1.) O Projeto vem articulado e devidamente justificado, na forma prevista pelo Regimento Interno.

2.) Trata-se de simples autorização legislativa. Por outro lado, verifica-se que dita Proposição não fere qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

3.) Em face das razões expendidas, somos pela sua aprovação. É o parecer. Sala das Comissões, em 12 de maio de 1971.

(aa.) **Wilson Brandão** — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Muggiati Filho

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Igo Losso

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido Martins de Oliveira

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 72-70

PARECER

1.) Objetiva o nobre Deputado Túlio Vargas, com a apresentação do Projeto de Lei supra citado, autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu que liga a BR-277, da altura do quilômetro 335, numa extensão de 40 quilômetros, até o rio Piquiri, divisa com o Município de Campina da Lagoa.

2.) Referida Proposição foi devidamente examinada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, na qual recebeu parecer favorável.

3.) Se concretizado o desejado pela medida proposta, não resta dúvida de que a região servida pela rodovia em evidência terá grandes benefícios, notadamente no que diz respeito ao escoamento da sua produção agrícola.

Nestas condições, opinamos pela aprovação do Projeto.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa.) **Lázaro Dumont** — Presidente

Antônio Maciel — Relator

Hélio Manfrinato

Gilberto Carvalho

Borsari Netto

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 72-70

AUTOR: — Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a Rodovia no Município de Guaraniáçu, que liga a BR-277, na altura do Quilômetro 335, numa extensão de 40 quilômetros.

PARECER

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará os elementos financeiros para a transferência. Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

(aa.) **Fuad Nacli** — Presidente

Antonio L. Júnior — Relator

Antônio Belinati

Odilon Reinhardt

João Fadel

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23-72, de autoria do Dep. Domicílio Scaramella, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 23-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao Município de Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(aa.) Deputado Domicílio Scaramella

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora temos a honra de submeter à consideração deste Plenário é medida que se impõe como necessária para o progresso de uma das regiões mais ricas do Estado. Beneficiará uma região onde estão instaladas diversas indústrias de madeira, as quais contribuem com uma grande parcela de tributos para o erário público, justificando plenamente tal proposição.

Este o projeto que ora submetemos a apreciação dos Nobres Pares, os quais temos certeza darão integral apoio a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 23-72

AUTOR: — Dep. Domicílio Scaramella

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria da rodagem que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques.

PARECER

O presente Projeto de Lei não violenta dispositivos legais ou constitucionais. Elaborado na forma disciplinada pelo Regimento Interno, merece a aprovação da Casa.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente
Santos Lima — Relator
Luiz R. Soares
Ovídio Franzoni
Emílio Carazzai
Cândido Martins de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 23-72

AUTOR: — Dep. Domício Scaramella
SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelo Distrito de Ubalino Taques.

PARECER

A matéria já veio devidamente justificada, no Orçamento Geral do Estado, consta verba destinada a atender encargos desta natureza. Não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente
João Fadel — Relator
Odilon Reinhardt
Antônio Belinati

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N.º 23-72

AUTOR: — Dep. Domício Scaramella
SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Palmas, passando pelo Distrito de Ubalino Taques.

PARECER

O plano de Lei em exame, de iniciativa do nobre Deputado Domício Scaramella, autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao de Palmas, passando pelo Distrito de Ubalino Taques.

É louvável a iniciativa do autor, tendo em vista os melhoramentos que se pretende implantar na referida via intermunicipal. As Duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, apresentaram pareceres pela aprovação do Projeto.

A justificativa do nobre autor do Projeto, nos convence plenamente da necessidade de transferir ao Departamento especificado a citada rodovia, pelo que opinamos pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em

(aa.) Borsari Netto — Presidente
Gabriel Manoel — Relator
Hélio Manfrinato
Xenofonte Villanueva

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, declara de Utilidade Pública, a Liga Regional de Futebol da Cidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 24-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Liga Regional de Futebol de Londrina, sediada no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(a) — Alvaro Dias — Deputado

JUSTIFICATIVA:

A medida, Sr. Presidente, é das mais plausíveis, haja visto vir, a Liga Regional de Futebol de Londrina, fundada em 14-3-1948, promovendo o Futebol amador da região, esporte este, criador dos maiores astros do esporte profissional.

É no esporte amador que se promove o bem-estar do corpo. O ditado latino "men sana in corpore sano" aí está a ratificar a nossa assertiva.

A LRFL, propiciando o Futebol amador, está contribuindo com um ramo importante da cultura física e sua atuação, há mais de 2 (duas) décadas em prol do esporte, vem dignificar esta sociedade que procura incentivar, por meio de processos educativos compatíveis, como fundamento da atividade profissional, a cultura física e moral.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 24-72

AUTOR: — Deputado Alvaro Dias

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública a "Liga Regional de Futebol de Londrina".

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Alvaro Dias, pretende declarar de Utilidade Pública a "Liga Regional de Futebol de Londrina".

A iniciativa em tela foi convertida em diligência, a fim de solicitar à Liga acima mencionada a comprovação que a Diretoria da mesma não percebe qualquer tipo ou forma de remuneração.

Atendida esta solicitação temos agora condições de nos manifestar sobre a proposição.

O respectivo processo está perfeitamente instruído, conforme determina a Lei que regula a matéria, donde se conclui: a) que a entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública está em funcionamento há mais de um ano; b) que presta serviço à coletividade de forma desinteressada; c) tem seu Estatuto Social devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente; d) não distribui lucros ou dividendos aos seus associados, assim como seus diretores não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração.

Quanto aos aspectos constitucionais, legais e de oportunidade que a esta Comissão cabe examinar, não há restrição alguma a fazer.

Somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28-6-72.

(aa.) Armandô Queiróz — Presidente
Ovídio Franzoni — Relator
Paulo Camargo
Emílio Carazzai
Santos Lima
Erondy Silvério
Luiz R. Soares

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32-72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, declara de Utilidade Pública, a Associação "Lar de Meninas da Cidade de Francisco Beltrão". — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 32-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação "Lar de Meninas de Francisco Beltrão" (Assembléia de Deus), com sede na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1972.

(a) Dep. Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA:

A Associação "Lar de Meninas de Francisco Beltrão" (Assembléia de Deus), foi fundada em dezessete de maio de 1971, tendo por finalidade abrigar meninas desvalidas, e ministrar-lhes instrução de modo a capacitá-las a viver, orientando-as segundo os princípios cristãos. A referida Associação não tem fins lucrativos tendo por finalidade exclusivamente, servir às atividades educacionais e assistenciais.

Pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Francisco Beltrão, esperamos haja a devida aprovação por parte dos Nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 32-72

AUTOR: — Dep. Arizone Araújo

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública a "Associação Lar de Meninas de Francisco Beltrão (Assembléia de Deus)".

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em data, é declarar de Utilidade Pública a "Associação Lar de Meninas de Francisco Beltrão", com sede na cidade de Francisco Beltrão.

O mesmo foi convertido em diligência, a fim de solicitar à referida Associação os documentos exigidos pela Lei que regula a matéria.

Atendidos os requisitos da Lei, temos agora condições de nos manifestar sobre o Projeto de Lei em tela.

O processo está devidamente instruído, é legal e regimental, não há óbice constitucional, não há restrição quanto à oportunidade que a esta Comissão cabe examinar, tendo condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente
Ovídio Franzoni — Relator
Paulo Camargo
Emílio Carazzai
Santos Lima
Maurício Fruet
Igo Losso
Luiz Roberto Soares

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-72, de autoria do Dep. David Federmann, autoriza o Poder Executivo criar no Banco do Estado do Paraná S. A., a Carteira de Financiamento da Educação e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 61-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Estatuto do Banco do Estado do Paraná S. A., para criar a Carteira de Financiamento da Educação, com a finalidade precípua de financiar, pelo sistema de bolsas reembolsáveis, os estudantes dos cursos de grau médio, técnico e universitário.

Art. 2.º — O Banco do Estado do Paraná S. A., por intermédio de sua Carteira de Financiamento da Educação, poderá funcionar como agente do Estado, na aplicação de recursos financeiros ou auxílios concedidos por órgãos federais ou outras entidades.

Art. 3.º — A Carteira de Financiamento da Educação poderá conceder empréstimos para construção, ampliação ou reforma de prédios escolares, e para a aquisição de equipamentos, desde que destinados a instituições de ensino localizadas no Estado do Paraná.

Art. 4.º — A implantação do sistema de financiamento previsto na presente Lei, não impedirá o Estado de continuar a conceder bolsas gratuitas aos estudantes comprovadamente carentes de recursos.

Art. 5.º — A regulamentação da presente Lei somente será baixada após prévia aprovação do Conselho Estadual de Educação, dentro do prazo de 90 dias.

Art. 6.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, ... de ... de 1972.

(a) Deputado David Federmann

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo planeja-se no Brasil, a criação de um Banco da Educação, a exemplo de estabelecimentos com esta finalidade existentes em outros países. Quando o Ministério da Educação e Cultura planejava a estruturação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que administrasse recursos extra-orçamentários provenientes da arrecadação do salário-educação e das cotas da Loteria Federal e Loteria Esportiva, foi cogitada a criação de um Banco para financiamento de estudo. Alguns, porém, entendem que seria mais prático a implantação de uma Carteira da Educação, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica, evitando-se a criação de um novo organismo.

Pronunciamentos favoráveis têm sido feitos por eminentes autoridades em ensino, e entendemos que a medida proposta é perfeitamente viável, tendo em vista o apreciável índice de desenvolvimento por que está passando o Banco do Estado do Paraná e pelas altas finalidades a que se destina.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 61-72

AUTOR: — Deputado David Federmann

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo alterar o Estatuto do Banco do Estado do Paraná S. A. para criar a Carteira de Financiamento da Educação e dá outras providências.

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado David Federmann, é autorizar o Poder Executivo a alterar o Estatuto do Banco do Estado do Paraná S. A., para criar a Carteira de Financiamento da Educação, com a finalidade precípua de financiar, pelo sistema de bolsas reembolsáveis, os estudantes dos cursos de grau médio, técnico e universitário.

Louvável a iniciativa do autor da Proposição, permitindo que o Banco do Estado do Paraná S. A., por intermédio da criação da referida Carteira funcione como agente do Estado, na aplicação de recursos financeiros ou auxílios concedidos por órgãos federais ou outras entidades.

A brilhante justificativa apresentada e os pronunciamentos favoráveis feitos por eminentes autoridades em ensino, nos convence que a medida proposta é perfeitamente viável, pelas altas finalidades a que se destina.

Entendendo não haver qualquer óbice, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal, opinamos pela aprovação do Projeto.

É O parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Igo Losso

Ovidio Franzoni

Cândido M. de Oliveira

Santos Lima

Emílio Carazzai

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Clodoveu de Paula. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, no sentido que determine estados objetivando a implantação da pauta móvel para comercialização do suíno. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício às Centrais Elétricas de São Paulo — CESP — no sentido de que sejam prontamente efetuadas as indenizações das propriedades situadas às margens dos rios Tibagi e Parana-

panema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, pela vinda, em data de amanhã, ao Estado do Paraná, do Excelentíssimo Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando que o Projeto de Lei n.º 158-72, atualmente na Comissão de Constituição e Justiça, seja encaminhado antes do seu pronunciamento ao Estado Maior do Exército — Inspeção Geral das Polícias Militares, para receber o parecer, por força de dispositivo constitucional atribuído àquele Órgão Militar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, sugerindo que os níveis reajustáveis para o café, atinjam aos plantados em períodos anteriores e prorrogados os prazos de vencimentos dos contratos já feitos. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã dia 25, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 253-71, 263-71, 269-71, 270-71, 36-72 e 56-72.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 248-71, 282-71 e 126-72

2.a DISCUSSÃO — 72-70, 23-72, 24-72, 32-72 e 61-72.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 106-71, 150-71 e 163-71.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Ata da 2.a Reunião Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às onze horas e quinze minutos, sob a presidência do Senhor Deputado Arizone Araújo e com as presenças dos Senhores Deputados Francisco Escorsin, Marciano Baraniuk, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior, em seguida foram relatados os seguintes Processos: **PROJETO DE LEI N.º 54-72**, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manoel de Oliveira, autorizando o Poder Executivo doar à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado, constante de um lote de terreno, com 800 m², de área e respectivo prédio, constituindo parte do imóvel Santo Antonio, localizado no distrito de Plançhita, Município de Santo Antonio do Sudoeste. Relator Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável. — **APROVADO.** **PROJETO DE LEI N.º 62-72**, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo doar a União, para uso do Ministério da Marinha, o terreno que especifica, situado na cidade de Paranaguá. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, parecer favorável — **APROVADO.** Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião da qual eu Agildes de Oliveira Martins, secretária, lavrei esta Ata, que após lida e achada conforme, será por mim, pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1972.

Arizone Araújo — Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário